

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES**AS IMPLICAÇÕES DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NO CARNAVAL
BRASILEIRO: racismo e sexismo****THE IMPLICATIONS OF THE MYTH OF RACIAL DEMOCRACY IN BRAZILIAN
CARNIVAL: racism and sexism****Maria Isabel Soares Barros¹****RESUMO**

O carnaval torna-se sinônimo do Brasil, sendo considerado como o país do carnaval, no entanto sua origem não é brasileira, mas com a contribuição da população negra do país ganhou formas próprias reconhecidas e admiradas no mundo inteiro. A imagem de acolhimento e alegria próprio da festa, são fomentados pelo mito da democracia racial que surge para encobrir a realidade de disparidade e segregação racista existente entre a população branca e negra. Recriminada, demonizada e criminalizada, a população negra no período carnavalesco ganha visibilidade e sua cultura é exaltada, contrariando o cotidiano. Nesse período, o racismo atrelado ao sexismo, ocasiona a hipersexualização do corpo da mulher negra que sai da invisibilidade da sociedade, e torna-se a rainha da festa e principal vítima de assédio e violência.

Palavras-chave: Mito da democracia racial; Carnaval; Mulher Negra.

ABSTRACT

Carnival becomes synonymous with Brazil, being considered as the country of carnival, however its origin is not Brazilian, but with the contribution of the country's black population it gained its own forms recognized and admired throughout the world. The image of welcome and joy typical of the party are fostered by the myth of racial democracy that appears to cover up the reality of disparity and racist segregation that exists between the white and black population. Recriminated, demonized and criminalized, the black population during the carnival period gains visibility and its culture is exalted, going against everyday life. During this period, racism linked to sexism, causes the hypersexualization of the black woman's body, which leaves society's invisibility, and becomes the queen of the party and the main victim of harassment and violence.

¹ Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Bacharela em Serviço Social; Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS UEPB); E-mail: maria.isabel@aluno.uepb.edu.br;

Keywords: Myth of racial democracy; Carnival; Black woman.

1 INTRODUÇÃO

O carnaval é patrimônio cultural e imaterial do Brasil, uma festa popular que ocorre no mês de fevereiro ou março, a data é determinada com base no calendário da Igreja Católica, pois mesmo com origens na Antiguidade, foi ressignificada pelo Cristianismo, ocorrendo antes do período quaresmal católico. A festividade é reconhecida mundialmente pela beleza em cores, brilhos, ritmos, alegria, entre tantas características que exaltam a festa, símbolo de um “país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza, mas que beleza em fevereiro tem carnaval”, como enaltece a canção de composição de Jorge Lima Menezes, escrita em 1969. Apesar de não ter sido criado no Brasil, com a contribuição da população negra adquire novas versões que hoje são característicos e intrínsecos à festividade. Diante dessa imagem de sociedade harmoniosa, temos a realidade racista brasileira que diverge bastante desse perfil criado no imaginário popular e mundial.

Portanto, nesse artigo teremos como objetivo: analisar a relação entre o carnaval brasileiro e o mito da democracia racial, identificando suas implicações nas relações sociais, destacando a sexualização da mulher negra na festividade. Utilizou-se a abordagem bibliográfica, documental e quantitativa. Abordaremos em um primeiro momento caracterizando o mito da democracia racial como base para as concepções de igualdade racial, ao afirmar veemente que no Brasil não existiu, não existe e está longe de vim a existir práticas racistas, que no país do carnaval as relações foram, são e sempre serão harmônicas. Em seguida, abriremos a discussão para o ideal estereotipado e erotizado do corpo da mulher negra no período carnavalesco.

A inferiorização de uma raça em detrimento de outra, não é exclusividade do Brasil. Essa tentativa tem uma proporção mundial e vai além de xingamentos e dominação de corpos como se manifestava no período escravocrata, o racismo cria ideologias de inferiorização contra a população negra e as transforma em leis naturais e inevitáveis. Tomemos como exemplo a intencional retirada da história do Egito vinculada a história do continente africano, segundo historiadores e geógrafos foi no Egito onde iniciou uma das grandes civilizações da antiguidade, sendo responsáveis por várias descobertas e avanços iniciais para as áreas da: filosofia, matemática, medicina, astronomia, engenharia e agricultura. Essa dissociação é baseada em

ideais racistas e imperialistas que silenciaram a história da África, sendo apenas a história do Egito disseminada pelo mundo como uma nação europeia ou mesmo asiática (Guilherme, 20018).

Porém, o Brasil tem algumas características peculiares, que o racismo apesar de não ter sido tão óbvio como nos Estados Unidos e nem tão legalizado como o apartheid na África do Sul, se mantém eficaz e institucionalizado no governo e na sociedade (Nascimento, 2016), esse fenômeno é nomeado por Gonzalez (2020) por: racismo à Brasileira, pois apesar de existir, é apresentado publicamente de maneira mascarada e covarde, sendo negado veemente a sua existência e a sua reprodução, mas que se supostamente existiu em algum raro momento, ele foi suave e ameno, não tendo impacto para a formação social e cultural do país.

2 A INFLUÊNCIA DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NO CARNAVAL BRASILEIRO

O racismo é parte estruturante da sociedade brasileira, diante desse fato histórico, sangrento e verídico, destacamos o mito da democracia racial, ou seja, a utopia de que brancos e negros convivem harmoniosamente, possuem as mesmas oportunidades de existência e essa relação constitui o maior motivo de orgulho para o Brasil (Nascimento, 2016). Logo, o mito surge para justificar e assim mascarar as disparidades nas relações entre brancos e negros. Um marco importante que racionalizou teoricamente o mito da democracia racial, foi o lançamento do livro *Casa Grande & Senzala* em 1933 de Gilberto Freyre, que colocou em questão a “capacidade de canalizar a representação popularizada das relações entre negros e brancos do país e transformá-la na ideologia racial oficial”, onde até então “o sentido da democracia racial, no plano das ideias, era senso comum” (Domingues, 2005, p.127). No entanto, não foi Freyre que criou o mito da democracia racial, mas sua obra firmou, “elevando ao plano considerado científico um imaginário das relações raciais, fortemente arraigado no pensamento nacional” (Domingues, 2005, p.127).

Apesar das origens do mito da democracia serem do século passado, sua eficiência não foi sendo enfraquecida com o tempo, a cor/etnia não deixou de ser um fator determinante para as relações sociais, “é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica” (Gonzalez, 2020, p.80). O mito ganha novos nuances e performances, mas sempre fiel ao seu propósito: negar o racismo, naturalizar as relações de disparidade, culpar o indivíduo e desresponsabilizar o Estado. Com isso, contendo as cobranças

de posicionamentos, e trazendo para o debate: como combater o racismo, se aqui ele não existe?. A temporada dos festejos carnavalescos,

É um período onde se escancara mais uma vez o gritante racismo estrutural presente, camuflado no falso mito da democracia racial, na nossa sociedade. Nada muito diferente do que a população negra enfrenta diariamente. É nessas épocas de festejos que bebem diretamente nos símbolos afro – como carnaval, samba, maracatu, frevo, a festa de 31 de dezembro na praia, etc. – que explode a violência do preconceito racial que nega a todo custo o fato da cultura brasileira ser negra. (Miranda, 2020, n.p)

O carnaval não teve sua origem no Brasil, mas aqui recebeu um gigantesco subsídio da cultura negra, que transformou o carnaval tão negro que não há como cogitar as comemorações sem o ritmo do samba, som das percussões, canções em marchinhas, entre outros. Esses símbolos carnavalescos, nasceram do universo negro e a partir disso, tornou-se uma das maiores festas populares tradicionais e um dos principais símbolos do país reconhecido mundialmente, atraindo turistas e admiradores. “O tal do entrudo era um negócio meio sem graça, sem jogo de cintura, sem calor; só a partir do momento em que a negadinha começou a desfilas é que a coisa foi tomando colorido e acabou por se transformar na maior fonte da indústria turística deste país” (Gonzalez, 2020, p. 206). O que antes eram chamados de coisa de negros, como afoxés, cordões, blocos, escolas de samba, frevos, entre outros que eram reprimidos passam a fazer “parte de um patrimônio cultural nacional, do qual , é claro, os benefícios não são dos neguinhos, mas as secretarias e as empresas de turismo” (Gonzalez, 2020, p. 206). Assim como no período pós abolição, mesmo a principal força de trabalho sendo da população negra, não possuem acesso a divisão dos lucros, ficando nas mãos da população branca parasitária.

A forma atual do carnaval, possui contribuições das camadas populares, sobretudo dos segmentos que envolvem a população negra, que foram ocupando esse espaço de festa com seus ritmos, cantos e danças, também tornando-se um espaço de resistência e de visibilidade da cultura amefricana.

O uniforme achata, ordena e hierarquiza. A fantasia liberta, desconstrói, abre caminho e promove a passagem para outros lugares e espaços sociais. Ela permite e ajuda o livre trânsito das pessoas por dentro de um espaço social que o mundo cotidiano torna proibitivo com as repressões da hierarquia e dos preconceitos estabelecidos. É a fantasia que permite passar de ninguém a alguém; de marginal do mercado de trabalho a figura mitológica de uma história absolutamente essencial para a criação do momento mágico do carnaval. Se no mundo diário estamos todos limitados pelo dinheiro que se ganha (ou não se ganha...), pelas leis da sociedade, do mercado, da

casa e da família, no carnaval e na fantasia temos a possibilidade do disfarce e da liberação. Há a possibilidade de virar onipotente e ser tudo o que se tem vontade (DaMatta, 1986, p.51).

Os blocos e as escolas de samba tornam-se territórios de visibilidade para aplicação da crítica, denúncias e reivindicações identificadas no cotidiano, que desmentem as relações harmoniosas e igualitárias no Brasil. Atrelado ao mito da democracia racial, a festa que possui características de acolhimento, alegria e que encanta tem tudo haver com esse país que vive a democracia racial.

No carnaval que se tem a exaltação do mito da democracia racial, exatamente porque nesse curto período de manifestação do seu reinado o Senhor Escravo mostra que ele sim, transa e conhece a democracia racial. Exatamente por isso que no resto do ano há reforço do mito enquanto tal, justamente por aqueles que não querem olhar para onde ele aponta. A verdade que nele se oculta, e que só se manifesta durante o reinado do Escravo, tem que ser recalcada, tirada de cena, ficando em seu lugar as ilusões que a consciência cria para si mesma. Senão como é que se explicaria, também, o fato dos brancos proibirem a presença da gente nesses lugares que eles chamam de chique e dá gente não ter essas frescuras com eles? (Gonzalez, 2020, p.92)

2.1 A sexualização do corpo da mulher negra no carnaval

A mulher negra enfrenta um duplo fenômeno de violências: racial e sexual, que tornam-se aliados do sistema patriarcal capitalista. Além da dominação exercida pela sua condição de raça/etnia, enfrentando o racismo e as formas de segregação social, também é imposta a dominação do seu corpo, tornando-se sexualizado, herotizado e de domínio dos homens brancos, não apenas no período escravocrata como até hoje.

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas. (Gonzalez, 2020, p.80)

A mulher negra que durante o ano inteiro é posta às margens da sociedade, no carnaval ganha espaço na mídia para representar o país, ela “sai das colunas policiais e é promovida a capa de revista, [...] deixa de ser marginal para se transformar no símbolo da alegria, da descontração, do encanto especial do povo” (Gonzalez, 2020, p.91). A força

simbólica de que a mulata é rainha, na verdade é a aparência da violência simbólica de esquecer sua condição diante da sociedade e vê-la como um objeto sexual, de desejos.

Perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la. Estes, por sua vez, tentam fixar sua imagem, estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos; e os “flashes” se sucedem, como fogos de artifício eletrônicos. E ela dá o que tem, pois sabe que amanhã estará nas páginas das revistas nacionais e internacionais, vista e admirada pelo mundo inteiro. Isto, sem contar o cinema e a televisão. E lá vai ela feericamente luminosa e iluminada, no feérico espetáculo (Gonzalez, 2020, p. 80).

Os estereótipos atrelados são objetos de entretenimento, de força, resistência, ritmo, sexualidade, em uma tipificação cultural. Seu destaque na literatura e na música, tem como enfoque na aparência física ressaltando as qualidades eróticas e exóticas, tornando-se uma prisioneira permanente da sua natureza (Gonzalez, 2020). O destaque dado não valoriza a diversidade racial do país e a beleza existente na mulher negra, essa nada mais é do que uma tentativa de associar a imagem da mulher negra de hoje com as escravizadas.

A mulher negra exposta como Globeleza segue, inclusive, um padrão de seleção estética próxima ao feito pelos senhores de engenho ao escolher as mulheres escravizadas que queriam perto de si. As consideradas “bonitas” eram escolhidas para trabalhar na casa-grande. Da mesma forma, eram selecionadas as futuras vítimas de assédio, intimidação e estupro. Mulheres negras eram submetidas ao jugo “dos donos” (Ribeiro, 2018, p. 144).

O racismo articulado ao sexismo produziu efeitos violentos sobre os corpos das mulheres negras, tornando-as vulneráveis e alvo das violentas formas de domínio, anulando a sua própria humanidade e seus corpos foram animalizados, considerados “burros de carga do sexo” (Gonzalez, 2020, p.149). A mulata é um termo pejorativo, racista e machista que conota objetificação e posse do corpo feminino, considerado pela ideologia racial como uma negra branqueada é o fruto concreto da miscigenação que se torna símbolo de objeto sexual,

Mulata exótica, sensual e muito perigosa porque é feiticeira, macumbeira; reafirmando (ou denunciando) formas de hierarquias arraigadas; indicando a raça como situação passageira e circunstancial; sinalizando para o preconceito reconhecido nas marcas da aparência física.” (Schwarcz, 2012, p.66)

A miscigenação é a maneira mais delicada para mascarar e romantizar a exploração sexual, a terrível violência sofrida pelas mulheres negras durante a escravidão e que seus efeitos

são perpetuantes mesmo após um pouco mais de 1 século da abolição do sistema escravista, resultante também na “aquarela (de cores) do Brasil” (Schwarcz, 2012, p. 101). Esse misto de cores foi ocasionada pelo estupro de escravizadas por homens brancos,

No Brasil patriarcal e escravocrata, o sexo se deu como um elemento “mediador” entre o senhor e a escravizada [...] a miscigenação se deu num ambiente sexualizado. [...] falamos de uma miscigenação pautada pela violência (física, psíquica, simbólica, econômica) contra as mulheres negras, as quais sofriam violência sexual.” (Lima, 2015, p. 20-21)

A cultura do estupro, assim como o racismo, fomentados desde o período escravocrata não foram perdendo sua efetividade. Homens se auto intitulam proprietários legais e dominadores dos corpos femininos, no carnaval então esse sentimento é ainda mais efervescente, pois a liberdade da festa em suas concepções são justificativas para cometerem assédios e normalizar essa prática como parte da folia. As pesquisas apontam números alarmantes de insegurança entre as mulheres, principalmente quando essa mulher é negra.

No Brasil, país que, até a atualidade, tem sua imagem muito associada ao carnaval, metade (50%) das mulheres já foi vítima de assédio sexual durante a festividade e 73% delas têm receio de passar por essa situação pela primeira vez ou novamente. De acordo com novo levantamento do Instituto Locomotiva e do QuestionPro, essas proporções são ainda mais altas entre mulheres negras, chegando, respectivamente, a 52% e 75% [...] seis em cada dez mulheres (60%) percebem o carnaval de hoje tão arriscado quanto os do passado, em relação ao assédio sexual. De novo, há diferença entre a porcentagem de mulheres brancas (55%) e mulheres negras -, isto é, pardas e pretas -, (65%) que compartilham tal percepção. (Portal Geledés, 2024, n.p)

As campanhas do “não é não” no período carnavalesco são primordiais para combater a violência com a informação, punição para quem comete o crime e acolhimento da vítima. Porém no Brasil um país com raízes patriarcais e racistas, nos faz enxergar que encontram-se longe de findar essa prática recorrente, porém com mais destaque no período carnavalesco. No mais, esses alarmantes números não podem ser motivo para desistir da luta antiracista e antissexista, mas sim de unir forças dos dois movimentos e da sociedade para combatê-los e findar com naturalização essas práticas, punindo criminalmente.

3 CONCLUSÃO

A abolição da escravatura não foi suficiente para acabar com o racismo, esse sistema de opressão foi se modificando ao contexto histórico sem perder sua efetividade, o mito da

democracia racial dá efetividade ao racismo ao afirmar que vivemos numa sociedade justa e igualitária. A população negra é uma das classes populares que não é reconhecida com sua efetiva contribuição para a formação histórica e cultural do país (Gonzalez, 2020), porém o carnaval brasileiro só é conhecido como hoje devido a sua contribuição cultural.

O racismo atrela-se ao sexismo e torna-se uma outra forma de violência, que domina agressivamente os corpos e as histórias de mulheres negras que são estereotipadas sexualmente recorrentemente. Mas no período carnavalesco, o preconceito de que devem ocupar apenas a função de empregada, associado ao lugar em que a mulher negra, assim como as ex - escravizadas - suas ancestrais - deve ocupar, é colocada de lado nos poucos dias de carnaval, para que o seu corpo sexualizado no ideário torna-se símbolo da festa. Relembrando a miscigenação, que foi o espaço de violência do qual a mulher negra teve o corpo centralmente violentado, e assim permanece.

O carnaval traz como pano de fundo a imagem das comunidades predominantes habitadas pela população negra, as lutas e resistências na história do Brasil. Além de ser uma tradição cultural e patrimônio imaterial brasileiro, o evento passou a ser bastante lucrativo para o setor de turismo (passagens, hotéis, guias, alimentação) e de entretenimento (blocos, camarotes), com isso, são movimentados bilhões de reais na produção e no consumo. Mesmo havendo uma crítica do escasso retorno financeiro para a população responsável por esse movimento. Porém essa festa vai além da importância para a economia, a população negra reunida deixa sua marca nos desfiles das escolas de samba, por exemplo, com seus enredos, alegorias tornam-se essenciais para o posicionamento político, trazendo significados, informando e denunciando, formando opinião e ganhando espaços nas discussões sociais. Uma vez excluídos dos locais de fala, utilizam desse ambiente para se posicionar.

REFERÊNCIAS

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DOMINGUES, Petrônio. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)**. Arhus/Cidade na Dinamarca. Universidade de Aarhus. Diálogos Latinoamericanos, nº 010, 2005.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos** / organização Flávia Rios, Marcia Lima. – 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUILHERME, Juliana Aparecida de Souza. **O papel do racismo na construção do Egitto branco**. Uberlândia-MG, 2018. Disponível em: <https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1531168964_ARQUIVO_Artigo-OracismonaconstrucaodoEgitobranco.pdf> . Acesso em: 15 de fevereiro de 2024.

MIRANDA, Júlia de. **O carnaval e a criminalização da cultura negra**. Azmina, 2020. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/o-carnaval-e-a-criminalizacao-da-cultura-negra/>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio o negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3 ed. – São Paulo, Perspectivas, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PORTAL GELEDÉS. **Sete em cada 10 mulheres têm medo de assédio no carnaval**. Geledés Instituto da Mulher Negra. 2024. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/sete-em-cada-10-mulheres-tem-medo-de-assedio-no-carnaval/>>. Acesso em: 02 de março de 2024.